

## SOBRE "O PATRIOTISMO LINGÜÍSTICO"

Paul Teyssier  
Universidade Paris-Sorbonne

O patriotismo lingüístico consiste em "defender" e "ilustrar" a língua nacional. Dizer que o humanismo favoreceu o incremento de um tal patriotismo parece, à primeira vista, paradoxal, uma vez que a língua normal dos humanistas era o latim, e não qualquer das diferentes línguas "vulgares", e que, em toda a Europa, a emergência das línguas nacionais se deu em detrimento do latim. Mas o paradoxo é apenas aparente: favorecendo o progresso geral da cultura e das letras, o humanismo devia fatalmente chegar a esse resultado, porque toda cultura que se desenvolve exige um instrumento original de expressão. Poder-se-ia dizer, empregando um vocabulário contemporâneo, que, por intermédio da língua latina, na aparência alienante, o humanismo transmitia mensagens que deviam levar à liberação, à "descolonização" cultural, à autonomia lingüística. É, aliás, característico que os escritores que mais contribuíram para fundar em dignidade as grandes línguas nacionais da Europa tenham sido humanistas: Petrarca na Itália, Nebrija na Espanha, os poetas da *Pléiade* em França.

Mas o caso de Portugal é mais complexo. Nesse país a língua nacional não devia somente afirmar-se, como aliás, por toda a parte, em relação ao latim: tinha também de impor-se contra um rival que ameaçava sufocá-la em seu próprio território, – o espanhol, ou mais exatamente o castelhano. Sabe-se que desde meados do séc. XV o bilingüismo luso-castelhano era de regra entre todos os portugueses cultos. Quem quer que soubesse ler e escrever era levado a praticar as duas línguas. Tal bilingüismo era favorecido pelos casamentos dinásticos, as inumeráveis trocas de pessoas e também pelo estreito parentesco do castelhano e do português, que, mais que duas línguas diferentes, apareciam aos homens desse tempo como dois dialetos de uma só língua. Foi assim que, na época do humanismo, os portugueses falavam e escreviam simultaneamente o português e o castelhano. Foi em castelhano que alguns dos maiores escritores do tempo, como Gil Vicente ou Camões, compuseram parte de sua obra. Houve até portugueses que, como Jorge de Montemor, – perdão, Jorge de Montemayor ! –, o autor da *Diana*, abandonaram completamente a língua materna em proveito do castelhano.

Ora, numa data que fixaremos provisoriamente, por falta de coisa melhor, em 1536, ano da publicação da *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira, surge um movimento tendente a "defender" e a "ilustrar" a língua portuguesa e, por via de conseqüência, a recusar o bilingüismo luso-castelhano. Os representantes desse movimento eram todos homens penetrados de cultura humanista, como o próprio Fernão de Oliveira, ou como João de Barros, que também publicou em 1539-1540 uma *Gramática* seguida de certo número de diálogos, dentre os quais um *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, ou ainda como Jerônimo Cardoso, autor do primeiro dicionário latino-português e português-latino. No domínio da literatura pura, o exemplo mais característico dessa tendência é o de Antônio Ferreira (1528-1569). Enquanto o iniciador da literatura de inspiração italianizante, Sá de Miranda, praticava largamente o bilingüismo luso-castelhano, os gramáticos e escritores que acabamos de mencionar

recusam-se a escrever uma só linha em castelhano. Encontra-se nessa atitude o mesmo patriotismo fundamental que vimos atuante em todos os humanistas portugueses. Nele percebe-se mesmo o espírito de cruzada. Tal como para os espanhóis a língua castelhana deve ser "compañera del imperio", assim também a língua portuguesa deve tomar posse das terras conquistadas. E nossos gramáticos, como bons humanistas, justificam tal imperialismo lingüístico arrimando-se à autoridade da Antigüidade, da Antigüidade romana, bem entendido. "E o mais certo sinal", diz João de Barros no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, "que o Romano pode dar ser Espanha súdita ao seu império não serão suas corônicas e escrituras, ca estas muitas vezes são favoráveis ao senhor de quem falam, mas a sua linguagem que nos ficou em testemunho de sua vitória"... O tempo poderá destruir os **padrões** deixados pelos portugueses em terras longínquas: "peró não gastará doutrina, costumes, linguagem que os portugueses nestas terras leixarem". Que glória ver crianças etíopes, persas ou indianas, em regiões onde nunca se ouviu a fala dos romanos, "aprenderem a nossa linguagem com que possam ser doutrinados em os preceitos de nossa fé"!

Pertencerá a Antônio Ferreira, que fez seus estudos em Coimbra durante a "primavera" humanista que evocávamos há pouco, pôr em prática mais do que ninguém esse patriotismo lingüístico. A "defesa e ilustração da língua portuguesa é, com efeito, um dos temas principais de seus *Poemas Lusitanos*, publicados muito tempo após sua morte por seu filho Miguel Leite Ferreira. O poeta imagina que a posteridade conservará dele a lembrança de alguém que foi o amigo de sua língua: "Ah Ferreyra, dirão, da língua amigo!". Numa epístola a Pero Andrade Caminha, ele recorda que os gregos, os romanos, os castelhanos, os franceses e os italianos todos eles cultivaram, enriqueceram e ilustraram sua própria língua, ao passo que os portugueses desprezam a sua a ponto de preferirem a ela uma língua estrangeira. Reprova a Pero de Andrade Caminha ter, ele também, utilizado o castelhano, e exclama:

Floreça, fale, cante, ouça-se e viva  
A portuguesa língua, e já onde for  
Senhora vá de si, soberba e altiva!  
Se têtqui esteve baixa e sem louvor,  
Culpa é dos que a mal exercitaram,  
Esquecimento nosso e desamor.

Que esse patriotismo lingüístico seja o resultado direto das lições que Antônio Ferreira recebeu em Coimbra durante os anos em que o humanismo parecia lá triunfar, eis o que seu filho proclama sem ambigüidade na dedicatória dos *Poemas Lusitanos* a Filipe II. Aí relembra ele a obra do rei D. João III, que "reviveu o estudo das letras e por quem a Universidade, que o grande rei D. Dinis tinha fundado em Coimbra e sido depois transferida para Lisboa, foi adrede reinstalada em Coimbra, de sorte que pareceu tratar-se de uma criação antes que de uma reforma". Declara ainda que "toda a nobreza do reino ocorreu para ela com um fervor novo para aí se instruir" e que seu pai, depois

de nela ter feito os estudos, quis mostrar "que a língua portuguesa não é inferior a nenhuma outra em riqueza de vocabulário nem em gravidade".

\*

Texto extraído da lição de encerramento do XXIº Colóquio Internacional de Estudos Humanistas intitulada "O Humanismo português e a Europa" lida em 13 de julho de 1978 na Universidade de Tours, publicada nas *Atas* do Colóquio, Paris, 1984 e republicada na coletânea editada pelo Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1990, *Etudes de Littérature et de Linguistique*, a que pertence o texto supra, p. 21-25. A tradução do original francês é do Prof. Sílvio Elia e foi revista pelo Autor, com exceção dos trechos do *Diálogo* de João de Barros, que pertencem à edição de Luciana Stegagno Picchio.

\*\*\*